

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Ação contra o dono	2
Título: Ex-governador gaúcho será vice de Meirelles	2
Título: Quase 30 projetos estão ameaçados com a falta de recursos da Fapemig	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Eólicas serão 2ª fonte de energia do País em 2019	6
Título: Potencial é três vezes superior à produção atual	7

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: Ação contra o dono**

A Braskem entrou na semana passada com uma ação na Justiça de São Paulo contra a... Petrobras, que vem a ser justamente uma das duas controladoras da empresa (a outra é a Odebrecht). A Braskem acusa a Petrobras de ter interrompido o fornecimento de propeno durante uma semana. Alega que teve prejuízo de R\$ 5 milhões.

VEÍCULO: O Globo**Seção: O País****Autor: Cristiane Jungblut E Karla Gam Ba****Título: Ex-governador gaúcho será vice de Meirelles**

A chapa 'puro sangue' será anunciada hoje em convenção do MDB gaúcho, em Porto Alegre

O MDB confirmou ontem o nome do ex-governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto como candidato à vice-presidente da chapa de Henrique Meirelles ao Palácio do Planalto. O anúncio foi feito pelo presidente nacional do partido, senador Romero Jucá (MDB-CE), acompanhado do **Ministro De Minas e Energia, Moreira Franco**, na sede do partido.

— É um nome com grandes ligações no partido, com grande afinidade nas bases e preenchendo, na nossa visão, plenas condições de compor essa chapa de uma forma complementar, com nível alto de capacidade técnica, de capacidade gerencial e também entendimento da realidade brasileira. Então nós estamos anunciando que Germano Rigotto será o vice de Henrique Meirelles —disse Jucá.

A decisão sobre o vice do emedebista foi sacramentada na tarde de ontem, após uma reunião entre Rigotto, Meirelles e o presidente Michel Temer, no Palácio do Jaburu, mas, segundo fontes próximas, desde quinta à tarde Temer e Meirelles já conversavam com o gaúcho.

O primeiro pronunciamento dos dois juntos deve acontecer hoje, durante a convenção estadual do MDB do Rio Grande do Sul.

Antes de anunciar o nome de Rigotto, aliados de Meirelles tentaram convencer a senadora Marta Suplicy (MDB-SP) a aceitar a missão de compor a chapa do ex-

ministro da Fazenda. Mulher, com laços na militância de esquerda por ter sido uma das fundadoras do PT, Marta poderia agregar votos de mulheres e de setores de minorias, foco de sua atuação no Senado. A recusa da senadora, que anunciou na sexta sua decisão de deixar o MDB e não disputar a eleição, abriu caminho para o ex-governador, visto com simpatia pelo partido por abrir um palanque para Meirelles no Sul.

— O Rigotto tem um nome de respeito, é ligado ao Pedro Simon (ex-senador e quadro histórico do MDB), carismático e tem excelente imagem no Rio Grande do Sul — diz um interlocutor de Meirelles.

Moreira Franco disse que a escolha da muita confiança ao partido:

—Agora vamos ter melhores condições de aprofundar o engajamento do MDB. Uma das características de Germano na Câmara quando foi deputado federal foi o seu engajamento e esforço de realizar uma reforma tributária no Brasil. Ele percorreu o Brasil, discutiu a reforma com os núcleos da sociedade e sempre teve clareza da necessidade de simplificarmos a estrutura tributária para permitir que as pessoas paguem menos impostos —disse.

Partido queria uma mulher como vice, mas não conseguiu. Marta recusou convite

Germano Rigotto tem 68 anos, é casado, formado em Odontologia e Direito e tem dois filhos. Natural de Caxias do Sul, Germano Rigotto entrou na vida pública em 1976, quando foi eleito vereador. Em 1982, Rigotto foi eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul exercendo dois mandatos consecutivos. Na década de 1990, foi deputado federal por três mandatos, tendo sido relator de matérias relevantes como a Lei Rouanet de incentivo à Cultura e do Programa Renda Mínima.

Em 2002, o emedebista foi eleito governador gaúcho, ocupando o cargo nos anos de 2003 a 2006. Rigotto chegou a se licenciar do cargo de governador para lançar-se como pré-candidato de seu partido à Presidência da República em 2006, mas perdeu as prévias internas do partido para o ex-governador do Rio Anthony Garotinho.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Sociedade

Autor: Renato Grandelle

Título: Quase 30 projetos estão ameaçados com a falta de recursos da Fapemig

Pesquisas sem verbas

Quase 30 projetos acadêmicos para a revitalização da Bacia do Rio Doce, em Minas Gerais, estão atolados na falta de verbas. São propostas aprovadas pelo governo estadual para desenvolver conhecimentos para a recuperação da área atingida, em novembro de 2015, pelo rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, resultando na maior tragédia ambiental da História do país. Mais de 34 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos se espalharam por 700 quilômetros, chegando ao Oceano Atlântico.

O governo agiu rápido: dois meses depois, em janeiro de 2016, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) lançou edital que destinaria R\$ 4 milhões a propostas de reparação dos danos socioambientais da região. Dos 145 projetos submetidos, 29 foram aprovados. O orçamento dos estudos seria dividido em duas parcelas. Aí começou a lentidão. A primeira deveria estar disponível em agosto, mas só chegou ao caixa dos cientistas em dezembro.

Os 25 estudos que concluíram ao menos 80% das metas previstas na primeira etapa têm direito à segunda parcela, de R\$ 1,9 milhão, cuja liberação estava prevista para agosto de 2017. Até agora, porém, a verba não chegou aos laboratórios. A Fapemig atribui a demora à precária situação financeira do governo mineiro, que está privilegiando setores básicos de atendimento à população, como saúde e educação.

Enquanto isso, os pesquisadores, que estão sem verbas há um ano, alertam para as consequências da paralisação dos estudos, com falta de equipamentos, insumos e veículos para chegarem às regiões atingidas pelo desastre.

— Esperamos há muito tempo pela segunda parcela. Corre o risco de perdermos pesquisas de diversas áreas, e isso causaria prejuízos a todos que foram afetados pelo rompimento da barragem — alerta Andrea Zhouri, professora titular do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG, coordenadora de um dos 29 projetos aprovados, sobre compreensão e mobilização diante de desastres. — Mandamos uma carta para a Fapemig em maio, mas até agora não responderam.

Professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Paulo Henrique Peixoto está à frente de outro projeto que analisa o plantio em áreas que sofreram erosão. Para isso, Andrea Zhouri, professora da UFMG e coordenadora de um dos 29 projetos aprovados monitora o crescimento de seis espécies em laboratório e em uma região de solo pobre em nutrientes. Até agora, gastou R\$ 60 mil com a importação de equipamentos que indicam padrões bioquímicos das plantas, além de insumos como vasos, clorofila e enzimas.

— Com esta verba, consigo apenas resultados parciais, sem conferir aparte nutricional das plantas — explica. — Para isso, precisaria da segunda parcela, de R\$ 60 mil, que usaria em atividades como transporte e hospedagem nos locais estudados. Fica a 250 quilômetros de distância e tenho que ir lá pelo menos uma vez por mês para capinar a área. Mas não há veículo disponível e, da última vez que fui, dois meses atrás, a região já estava tomada pelo mato.

O chefe de gabinete da Fapemig, Ricardo Guimarães, confirma que recebeu a carta dos pesquisadores, mas não explica por que ela não foi respondida. Ressalta, porém, que a correspondência foi levada à Secretaria estadual de Fazenda, num apelo para que os recursos fossem liberados.

— Vamos quase semanalmente pedir dinheiro para as pesquisas, mas o governo enfrenta uma escolha de Sofia. Os servidores do estado estão recebendo o salário em três parcelas, sendo que a última de julho atrasou — diz. — A importância das pesquisas é incontestável, e sem dúvida seu cronograma foi prejudicado. Mas não acredito que laboratórios serão fechados, porque as análises são conduzidas dentro de universidades.

Procurada, a Secretaria estadual de Fazenda de Minas não respondeu aos pedidos de entrevista.

IRA COM NOVO EDITAL

A ira dos pesquisadores aumentou em junho, quando a Fapemig lançou, em parceria com a Vale, edital para o desenvolvimento de pesquisas na área de mineração. Foram separados R\$ 3 milhões para contemplar as propostas aprovadas. A Vale é uma das controladoras da Samarco, cujo rompimento de barragem provocou a tragédia ambiental. Os acadêmicos questionam por que a agência de fomento empenhou verbas para outro fim enquanto seus estudos ainda não receberam o orçamento prometido em 2016.

A Fapemig e a Vale, no entanto, destacam que a verba alocada para o novo edital vem de um acordo de cooperação assinado em 2010 — antes da tragédia de Mariana. A Vale informou que atua na região de Mariana por meio da Fundação Renova, criada para gerir programas de recuperação da Bacia do Rio Doce. A entidade reúne as duas acionistas da Samarco (Vale e BHP Billiton), o governo federal e diversas instituições públicas.

Flávio Boson, especialista em direito público da OAB-MG, avalia que o edital lançado por Fapemig e Vale tem respaldo constitucional.

— É preciso criar uma relação íntima entre a academia e as empresas, para que juntas possam atender a sociedade.

A Renova informou que desenvolve estudos de monitoramento e avaliação dos impactos provocados em toda a Bacia do Rio Doce. Segundo a fundação, em breve será lançado um edital, fruto de convênio com a Fapemig, para seleção de projetos de pesquisa científica para avaliar impactos ambientais nos rios Gualaxo, Carmo e Doce, com investimento de R\$ 15 milhões. Questionada se não poderia também investir nos quase 30 projetos que estão parados pelo não repasse de verbas, a entidade não respondeu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Eólicas serão 2ª fonte de energia do País em 2019

Energia dos ventos responde por 8,5% da potência instalada e deve passar biomassa

BRASÍLIA- Os ventos sopram forte para se transformarem na segunda maior fonte geradora de energia do Brasil já a partir do próximo ano, somente atrás da eletricidade que é retirada das turbinas de hidrelétricas. As usinas eólicas, que até meados de 2010 eram vistas como "experimentos" do setor elétrico, entraram de vez para a base de sustentação de abastecimento do País, e menos de uma década depois respondem por 8,5% da potência instalada em território nacional. Nestes meses de agosto e setembro, período que já passou a ser conhecido como a "safra dos ventos", as usinas eólicas têm batido recordes.

É quando a ventania ganha ainda mais força nas Regiões Nordeste e Sul do País, onde hoje giram 6,6 mil cataventos espalhados por 534 parques eólicos. "Com a expansão de projetos já contratada, as eólicas devem ultrapassar a geração térmica e a biomassa em 2019 ou, no máximo, em 2020", diz Elbia Gannoum, presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica). Hoje, 64% do potencial elétrico nacional vem de turbinas de hidrelétricas.

As usinas a biomassa representam fatia de 9,2%, mas as eólicas já são 8,5% da matriz e crescem a um ritmo superior a 20% ao ano, muito acima das demais fontes. No dia a dia do consumo, porém, a presença dos ventos tem sido superior. É justamente no período seco – de abril a novembro, quando a maior parte dos reservatórios precisa ser preservada – que a ventania ganha mais força. Nas últimas semanas, uma média de 14% da energia que abastece todo o País tem sido retirada de torres eólicas.

Uma semana atrás, os cataventos suportaram nada menos que 72% da energia consumida por toda a Região Nordeste. Pressão. Para o governo, que há quatro anos não consegue licitar mais nenhuma grande hidrelétrica por causado forte

impacto ambiental desses empreendimentos – principalmente aqueles previstos para serem erguidos na Região Amazônica –, as fontes eólicas passaram a aliviar a pressão sobre o abastecimento e tornaram a geração menos dependente dos barramentos de rios. "É importante entender, porém, que as fontes de energia não competem entre si, elas são complementares.

As eólicas estão aí para provar isso. É uma oportunidade da qual o País não pode abrir mão", diz Eduardo Azevedo, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME). A energia gerada pela força dos ventos faz parte da matriz energética desde 1992, com o início da operação da primeira turbina eólica, em Fernando de Noronha (PE).

O crescimento da fonte eólica, no entanto, pode enfrentar alguns problemas, alerta Ricardo Baitelo, coordenador de Clima e Energia do Greenpeace e conselheiro da organização Uma Gota no Oceano. "Já há pressão no governo para que as fontes de geração eólica e solar tenham reduzidos seus incentivos ligados ao custo de transmissão de energia", comenta Baitelo. "Se isso ocorrer, pode comprometer o desempenho dessas fontes."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Potencial é três vezes superior à produção atual

BRASÍLIA- O papel que a geração eólica passou a ter na matriz elétrica nacional representa só uma pequena fração daquilo que essa fonte realmente pode atingir. Os ventos respondem hoje por apenas 13,4 mil megawatts (MW) dos 160 mil MW de capacidade instalada no Brasil. Diferentemente da fonte hidrelétrica, porém, que tem um recurso limitado para exploração – a maior parte dos projetos energéticos viáveis em rios brasileiros já foi construída –, o horizonte dos ventos parece não ter fim.

Os dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) apontam que, a se basear pela tecnologia atual das turbinas dos cataventos e de seus alcances de até 150 metros de altura, mais de 500 mil MW de potência elétrica estão à disposição no País, ou seja, quase três vezes o potencial de tudo o que é produzido hoje. Com o avanço da tecnologia eólica para desenvolver equipamentos mais eficientes, esse número pode crescer ainda mais.

Alternativa. A relevância dessa fonte que, há poucos anos, era vista como "geração alternativa", ficou mais evidente no mês passado, quando a Petrobrás anunciou que paralisaria o abastecimento de um grupo de usinas a gás, parte delas localizadas na Região Nordeste, para fazer a manutenção programada de

sua plataforma de Mexilhão, instalada na costa de Caraguatatuba, em São Paulo.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável pela operação diária do setor, se adiantou em dizer que não haveria problema de abastecimento ou alta de preços na geração justamente em razão do suprimento eólico. Atualmente, cerca de 2 mil MW de novos projetos eólicos têm sido contratados nos leilões de energia. No próximo dia 31, os parques de vento estarão presentes em mais uma licitação para novos projetos.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável pela realização dos leilões de energia, recebeu 1.090 projetos de todos os tipos de fontes para esse certame, que só não incluirá fonte solar. Dos projetos cadastrados, 928 são de parques eólicos, os quais somam mais de 27 mil MW de potência. A expectativa do setor é de que cerca de 1,3 mil MW, pelo menos, sejam contratados.

Empregos. A indústria do vento gera hoje mais de 190 mil postos de trabalho, entre diretos e indiretos. De 2010 a 2017, o segmento recebeu mais de US\$ 32 bilhões em investimentos, com 80% de toda a sua produção já realizada no Brasil. Atualmente, a geração eólica em operação é suficiente para atender 22 milhões de residências por mês, ou cerca de 67 milhões de habitantes.

O Brasil, que em 2012 ocupava a 15.^a posição no ranking mundial de capacidade instalada, pulou no ano passado para a 8.^a posição. Se considerado os leilões já realizados pelo governo com projetos eólicos, o Brasil terá cerca de 18 mil MW de capacidade instalada daqui a quatro anos. Nos cálculos do setor, apenas no ano passado as pás eólicas evitaram que 21 milhões de toneladas de CO² fossem lançadas no ar, o equivalente à emissão anual de aproximadamente 16 milhões de veículos. / A.B.

MME / ASCOM .